

Terceira Via, Terceiro Setor e a parceria IAS/sistemas de ensino público no Brasil

Vera Maria Vidal Peroni

Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral

Luciani Paz Comerlato

Marilda de Oliveira Costa

Maria Otilia Kroeff Susin



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo debater acerca das parcerias público-privadas na educação e trazer elementos da terceira via e terceiro setor como parte importante do tema. Além disso, apresenta algumas implicações de tais parcerias para a gestão democrática, isto é, como a lógica de mercado como parâmetro de eficiência passa a ser incorporada pela administração pública e as conseqüências para as políticas educacionais.

Third Way, Third Sector and the partnership IAS/public education system in Brazil

Abstract

This paper aims to debate on the public-private partnerships in education and to bring elements from the third way and third sector as an important part of this topic. And to present some consequences of the partnerships for democratic management, that is, how the logic of market as a parameter of efficiency is incorporated by public administration, and the consequences of this fact on the educational policies.

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de debater acerca das parcerias público-privadas na educação e trazer elementos da terceira via e terceiro setor como parte importante do tema. O Terceiro Setor é uma das principais estratégias da Terceira Via, aqui entendida como uma corrente da atual social democracia. E que se pretende como alternativa ao neoliberalismo e a antiga social democracia.

A Terceira Via partilha do mesmo diagnóstico de crise que o neoliberalismo, de que o Estado gastou muito com políticas sociais e gerou a crise fiscal. Assim sendo, questionamos na primeira parte do artigo se a alternativa encontrada pela

Terceira Via, o Terceiro Setor, coloca-se como uma alternativa ou se é instrumental ao projeto neoliberal. Enquanto o neoliberalismo propõe a privatização e o Estado mínimo, a Terceira Via pretende reformar o Estado, que passa a ser o coordenador e avaliador das políticas, mas não mais principal executor. Assim, o Terceiro Setor é a estratégia da Terceira Via para a execução das políticas sociais. A parceria entre o público e o privado acaba sendo “a política” pública.

O Terceiro Setor, também chamado de público não estatal, nos remete para o tema sociedade civil, assim a segunda parte do artigo apresenta alguns elementos para o debate sobre o conceito de participação e sociedade civil do Terceiro Setor e as conseqüências para um processo de construção de uma sociedade democrática.

Considerando que o argumento da Terceira Via é que o Estado gastou demais financiando políticas sociais, criticando assim, a antiga social democracia e os países planejados pelas políticas universais, a estratégia proposta, o Terceiro Setor, tratará as políticas de maneira focalizada e emergencial. O entendimento de políticas como materialização de direitos sociais é uma das grandes perdas e será o foco do debate da terceira parte do artigo.

E por fim, uma discussão sobre as implicações para a gestão democrática com a lógica de mercado como parâmetro de eficiência para a administração pública e em especial as conseqüências para o projeto educacional.

Este texto foi escrito a várias mãos, cada autora ficou responsável por desenvolver um tema. É importante destacar que somos parte de um grupo de pesquisa que vem debatendo estas questões tanto nas pesquisas nacionais como em disciplinas, teses e dissertações. O grupo tem muitos outros participantes, mas para este texto alguns aceitaram o desafio. O que escrevemos aqui é em parte de autoria individual, mas também é parte da discussão e da longa caminhada de um coletivo de pesquisa.

1. A instrumentalização e a funcionalidade do terceiro setor para o projeto neoliberal

Uma das estratégias¹ utilizadas pelo sistema do capital para a superação de suas crises cíclicas é a Terceira Via². Esta corrente teórica nasceu na

¹ Mais detalhes ver PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado. São Paulo: Xamã, 2003.

² Conhecida também por New Labour ou “novo trabalhismo”. Ver Ricardo Antunes (2003, p.95-99) e Anthony Giddens (2001).

Inglaterra, a partir de 1994 quando Tony Blair respaldado intelectualmente por Anthony Giddens e David Miliband (ANTUNES, 2003) acirrou o debate em torno da eliminação da cláusula 4 da Constituição Partidária do Labour Party, ou Partido Trabalhista Inglês.

Esta cláusula defendia a propriedade comum dos meios de produção. Em substituição a esta cláusula, propôs a propriedade coletiva e a defesa do mercado, ou seja, retirou o vínculo socialista mais forte do Labour Party e passou a defender a economia livre de mercado, unindo-se às idéias neoliberais (ANTUNES, 2003).

Portanto, a Terceira Via é uma alternativa à Social-Democracia de Keynes e ao Neoliberalismo de Hayek, no entanto esta nova corrente manteve as principais mudanças ocorridas no governo neoliberal de Margaret Thatcher entre elas, as privatizações, a flexibilização do trabalho e a restrição da atuação dos sindicatos.

Para esta corrente teórica, a proposta para a suplantação da crise estava na reconstrução ou reforma do Estado, promovendo a estabilidade macroeconômica visando a empregabilidade e a competitividade. Segundo o ideário da nova direita, o sistema do capital gera desigualdades, para superá-las acredita-se que o Estado deva tornar-se um administrador competente como uma grande empresa, introduzindo uma nova relação entre Estado e sociedade civil.

Esta nova relação será efetivada pelas parcerias com empresas e com o terceiro setor. O terceiro setor é a parte instrumental para a realização do projeto político da Terceira Via.

Segundo Montañó (2003) o termo terceiro setor não é neutro, possui uma nacionalidade e uma funcionalidade. O terceiro setor advém de um contexto norte-americano de Guerra Fria no final do governo do presidente Jimmy Carter, mais especificamente em 1978 com o empresário John D. Rockefeller III³. Neste período o associativismo e o voluntariado começaram a fazer parte da cultura política e cívica norte-americana (*Ibidem*).

O conceito de terceiro setor foi construído por intelectuais orgânicos do sistema do capital, estando vinculado aos interesses da alta burguesia. A denominação “terceiro setor” foi construída a partir de um recorte da área social em

³ Nasceu em 1839 nos EUA, foi fundador da primeira companhia petrolífera norte-americana, durante muito tempo obteve o monopólio da produção de petróleo e nesse período foi o homem mais rico do mundo, segundo o New York Times, faleceu em 1937.

três esferas⁴: o Estado como “primeiro setor”, o mercado como “segundo setor” e a sociedade civil como “terceiro setor”. Montaño (2003) entende que esta divisão é claramente neopositivista, estruturalista e liberal, isolando os setores, separando o “político”, do “econômico”, do “social”.

Com essa separação, o terceiro setor tornou-se funcional para a superação da dicotomia de inspiração liberal entre Estado e mercado, ou então entre o público e o privado, pois ambos não conseguiram responder às demandas sociais. Portanto no ideário da Terceira Via, a alternativa seria a interação entre Estado e mercado, “atividade pública desenvolvida pelo setor privado” (MONTAÑO, 2002, p. 54). Essa interação cria uma nova esfera: o “público não-estatal”, de caráter comunitarista (OLIVEIRA, 2008).

Ainda não existe um consenso sobre a composição do terceiro setor, pois abrange desde as organizações não-governamentais (ONGS) até fundações, creches comunitárias e atividades sociais em qualquer âmbito, reunindo organizações formais até atividades informais. Montaño (2003, p.58), coloca que o “termo terceiro setor não reúne um mínimo consenso sobre sua origem nem sobre sua composição ou suas características”.

Segundo Montaño (2003) a parceria entre Estado e sociedade civil possui uma função claramente ideológica vinculada aos postulados neoliberais: acobertar seus objetivos reais e buscar a aceitação da população. Estes movimentos desenvolveriam-se a partir da re-instrumentalização: do Estado via reformas na sua administração, das relações de produção com o esvaziamento da legislação trabalhista e da sociedade civil com a desarticulação das lutas sociais e na docificação dos sujeitos.

As parcerias firmadas entre Estado e sociedade civil tem como principal objetivo a supressão dos direitos sociais trazidos pela luta dos trabalhadores historicamente. O caminho a ser seguido para alcançar este objetivo sem gerar um processo de convulsão social seria primeiro a terceirização e desregulamentação dos direitos trabalhistas com a flexibilização dos contratos de trabalho. Concomitantemente a este processo de perdas desenvolve-se a idéia de uma suposta nova cidadania acrescida pelos direitos do consumidor, escamoteando o surgimento da exploração, da miséria e do desemprego.

⁴ Segundo Montaño (2003), a divisão feita pelos teóricos do capital entre primeiro setor (Estado), segundo setor (mercado) e terceiro setor (sociedade civil) possui uma debilidade teórica, pois não leva em consideração o processo histórico. A sociedade civil que produz as instituições Estado, mercado, etc., com isso o que foi cunhado de terceiro setor seria na realidade primeiro setor.

Para legitimar a perda dos direitos sociais e ao mesmo tempo acobertar esta meta, realiza-se parcerias com o terceiro setor. Neste processo, segundo Montaño (2003) cria-se a imagem da “passagem compensatória” para a população, onde se legitima a idéia/explicação da passagem natural das ações estatais para a esfera privada. Esta passagem natural sustenta-se pelos argumentos do estímulo à responsabilidade social das empresas com o aumento da filantropia, das instituições de caridade, das organizações não-governamentais, da solidariedade individual, onde o capital utiliza-se de valores altruístas para tornar a sociedade civil dócil, desmobilizada e desestruturada.

A proposta da Terceira Via juntamente com as ações do terceiro setor apresentam uma contradição no seu projeto político. Se por um lado estimula-se a solidariedade humana e a construção de uma cultura cívica, por outro ao retirar a autonomia dos países e o seu direito de escolha cria-se uma situação de subserviência a outros países membros dos organismos internacionais que pensam as políticas para o nosso planeta. Portanto, ao mesmo tempo temos movimentos de criação de demandas excluídas, carentes de políticas sociais e a promoção da desresponsabilização do Estado, que além de responsabilizar esta mesma sociedade civil carente, precariza os serviços oferecidos a ela.

2. Participação e terceiro setor

As profundas alterações no papel do Estado e na relação entre Estado e sociedade civil têm provocado a inquietação e suscitado o interesse e a investigação por parte de diversos estudiosos, entre os quais estão os latino-americanos. Nesse contexto, temas como a recente valorização e o alargamento da esfera pública; o chamamento à participação da sociedade civil; o surgimento e ampliação impetuosa e avassaladora do Terceiro Setor na América Latina e em especial no Brasil constituem importantes objetos de investigação. Essas temáticas são inerentes às estratégias para superação da crise estrutural do capital e se inscrevem nos marcos da reforma do Estado.

Dentre as alternativas para a superação da crise do capital encontram-se correntes político-econômicas e ideológicas, como o neoliberalismo e a Terceira Via, cujo conteúdo teórico-prático tem orientado a redefinição do papel do Estado, imprimindo mudanças no seu padrão de organização e gestão e, ao mesmo tempo, provocando profundas alterações ao conceito e à prática da sociedade civil.

Nesse sentido, Lima & Martins (2005) afirmam que

O projeto político da Terceira Via, representa uma perspectiva de 'modernização política', que procura orientar o ajustamento dos cidadãos, do conjunto sociedade civil e da aparelhagem de Estado na justa medida das demandas e necessidades do reordenamento do capitalismo (LIMA & MARTINS, 2005, p. 67).

Sob os auspícios da “Terceira Via” amplia-se uma esfera pública não-estatal, definem-se os limites de atuação da sociedade civil, por meio da filantropia e do voluntariado, e em ações de ajuda mútua. A idéia dominante para os teóricos e adeptos da “Terceira Via” gira em torno do “desaparecimento do trabalho” e do “fim da sociedade de classes”, configurando-se um “novo Estado democrático, ou o Estado sem inimigos” (GIDDENS, 2001, p.80).

Assim, institui-se a nova “sociedade civil ativa”, com o forte apelo à cultura cívica, com a participação das pessoas “em questões situadas fora da vida particular”, compreendidas como uma obrigação moral para com a comunidade e o país (CARDOSO, 1998). Além dos mecanismos de participação já descritos, o trabalho assalariado para dirigentes e alguns prestadores de serviços do Terceiro Setor, são parte das estratégias para a implementação de políticas públicas sociais, de responsabilidade do Estado, porém desenvolvidas pelo “Terceiro Setor”. Conforme avalia a própria Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG⁵, Terceiro Setor é um termo que,

apresenta ‘baixa precisão conceitual’, refere-se à constituição de um setor da sociedade, fora do espectro governamental e fora do espectro do mercado (...). É composto por um conjunto de organizações e iniciativas privadas, mas com funções de interesse público. No entanto, está implícita nessa idéia a noção de que o Terceiro Setor pode (e deve) substituir o Estado no enfrentamento de questões sociais. Por isso, Terceiro Setor não é um termo neutro (ABONG, 2005, p.18).

Acoplado a esse processo e na busca de sua legitimação, encontra-se a reconfiguração e a valorização de diversos conceitos mencionados anteriormente, caro aos sujeitos sociais organizados em torno da luta pela democratização do Estado e da sociedade civil e, melhor dizendo, da efetividade e qualificação do debate político, para o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos de participação política e social popular, na repartição do poder.

⁵ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Organizações Não Governamentais: Um debate sobre a identidade política das associadas à ABONG. ONGs e Terceiro Setor. Cadernos ABONG: Junho de 2005.

A recente valorização da esfera pública com o apelo à participação da sociedade civil provém das atuais transformações causadas pela crise estrutural do capital. Os desdobramentos dessa crise trazem estreita relação com o apelo à participação de trabalhadores desempregados, milhares de miseráveis, excluídos do processo de produção e consumo de bens materiais e espirituais, em ações políticas e sociais, desempenhadas pelo “Terceiro Setor”.

Nesse sentido, é nítida a substituição do papel do Estado, em especial no que se refere à elaboração e implementação de políticas (públicas) sociais, conforme vem se materializando na área educacional, como por exemplo, as parcerias entre Estados e municípios brasileiros com o Instituto Ayrton Senna – IAS, objeto desta pesquisa. Se considerarmos que em sociedades como a brasileira, são raros os momentos de participação popular na vida pública, cabe questionar não apenas o modelo pseudo-democrático aqui vigente, mas o próprio conteúdo da participação.

O princípio da participação, segundo Comparato (1989), “implica, pois, a realização mais concreta da soberania popular” (p.127). Sem soberania popular não há democracia, pois, o poder desta se funda na soberania do povo (ROMANO, 2006).

Os mecanismos de participação na democracia representativa, na sociedade de classes, na qual as classes populares têm pouca participação, tanto em processos de escolarização quanto como em espaços de formação política e social, como os movimentos sociais combativos e os sindicatos de trabalhadores, (cada vez mais escassos com a crise do capital) são necessários, porém insuficientes. Os limites da participação popular no Brasil, são facilmente detectados, quando mudanças profundas na vida política, econômica e social, de fato são tomadas no ambiente parlamentar, materializando-se por meio de leis, em sua maioria contrárias às conquistas populares.

Segundo Silva (2003),

o Estado, em sua função de coesão, apresenta-se como representante da unidade política do “povo-nação”, incorporando outras classes além da dominante. Essa incorporação é a única garantia de que os interesses das classes dominantes sejam apresentados como interesse geral do “povo-nação” (SILVA, 2003, p.21)

A análise sobre democracia e participação realizada por Silva (2003) mostra que a democracia passou a ser aceita pela classe dominante “somente

quando perceberam que ela poderia ser uma forte aliada na dominação de classe” (SILVA, 2003, p.13). A autora assinala que “os diversos modelos têm um conteúdo classista que se expressa nos limites e na forma de controle da participação das classes populares” (Ibid). Nesse sentido, a reforma do Estado afasta os sujeitos políticos e sociais dos processos decisórios e novos atores – Terceiro Setor – “roubam” a cena.

No Brasil, pode-se constatar que as conquistas relacionadas à efetivação de direitos sociais, impressas na Constituição de 1988, passaram por um estrangulamento com a reforma do Estado, na década de 1990. Comprova-se a falácia da idéia do distanciamento entre Estado, mercado e sociedade civil, ou, a separação entre o econômico e o político. No entanto, o apelo à participação da sociedade civil a partir dessa década, não se restringe apenas a essas questões. A descentralização significou, de fato, o repasse da gestão e do financiamento de inúmeras políticas públicas sociais para Estados e municípios. O papel de controlar e fiscalizar a execução das políticas sociais passa a ser de responsabilidade dos conselhos gestores, que devem ser criados no âmbito de cada esfera de governo conforme prescreve a Constituição Federal de 1988.

Os “conselhos gestores” são “fruto de demandas populares e pressões pela redemocratização do país”. “São novos instrumentos de expressão, representação e participação; assim como são dotados, em tese, de um potencial de transformação política” (GOHN, 2002, p.104). No entanto, a criação e a atuação qualificada dos conselhos em Estados, e especialmente nos municípios enfrentam inúmeros problemas para efetivar-se como uma forma de controle social do poder público.

Com o repasse de obrigações do Estado para o Terceiro Setor, sobra pouco espaço para a participação qualificada dos conselhos. Estes se constituem em uma esfera pública não-estatal, na qual a participação da sociedade civil é de extrema relevância, não apenas pelo potencial propositivo na elaboração de políticas públicas, mas também em diferentes formas de fiscalização e controle social das ações do poder público.

Frente as parcerias efetuadas entre o Estado e o Terceiro Setor, especialmente na área social, com a compra, pelo Estado de pacotes prontos de projetos educacionais provenientes do “Terceiro Setor”, cuja forma de implementação local já é pré-determinada em convênios e parcerias, sobra pouco espaço para a participação da sociedade civil na definição, formulação e implementação das políticas públicas sociais hoje, no Brasil.

Por fim, constata-se que há um processo em curso de aprofundamento e de ressignificação dos conceitos de esfera pública e de participação atrelados às profundas alterações na relação entre Estado e sociedade civil, cuja materialização se dá com a atuação do Terceiro Setor na provisão dos direitos sociais. A reconfiguração dos conceitos mencionados é providencial ao capital porque não implicam em “transformações estruturais”.

3. Políticas sociais e o terceiro setor

A análise da política educacional e das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil, não pode ignorar a reconfiguração do papel do Estado, cuja materialização, está inserida no movimento histórico de superação das crises do capital. Neste momento particular do capitalismo, o Terceiro Setor, enquanto estratégia da Terceira Via, desempenha papel significativo na relação Estado/sociedade civil.

Este novo setor que emerge na sociedade traz repercussões para a economia e para as políticas sociais se considerarmos a reação à crise do sistema do capital nos anos 1980, cuja proposta dos governantes no poder foi a Reforma do Estado, de forma “a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas” (PEREIRA., 1995, p. 16). Quanto ao resgate financeiro o prolongamento do sistema econômico vigente, hoje novamente em crise, não deixa dúvidas, mas quanto a implementação de políticas públicas, estas passaram a ter repostas que vão desde a privatização até a publicização, ou seja, a sociedade civil, por meio do Terceiro Setor, passa a se responsabilizar por aquilo que o Estado deixou de oferecer por conta do desequilíbrio nas suas finanças.

“O processo de desmonte das políticas sociais no Brasil se realiza plenamente nos anos 1990” iniciando com o Presidente Fernando Collor de Mello (1995-1998) que deixou o terreno preparado para Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro e segundo mandatos (1995-2002), sendo a partir deste Presidente da República e de sua equipe “que se dá a formulação e a implementação mais acabada das chamadas ‘reformas’, onde a reforma do Estado ocupa lugar central” (TAVARES, 2001, p. 2). Esta, por sua vez, consubstancia-se através de uma série de aparatos infraconstitucionais que possibilitam a passagem, para a sociedade civil, de serviços que antes se caracterizavam como de responsabilidade do Estado. Uma de suas criações foram as organizações sociais, representadas pelo Terceiro Setor.

O Estado mínimo para as políticas sociais está evidenciado na Reforma do Aparelho do Estado. Para os teóricos defensores do sistema de capital a crise é do Estado que põe em “xeque o modelo econômico em vigência”, daí a necessidade da redefinição do seu papel, tendo em vista o peso da presença deste na economia nacional e o fato de que “já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social”. Assim, a Reforma do Estado, “deve ser entendida, dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social” e passa a “fortalecer-se como promotor e regulador desse desenvolvimento” (MARE, 1995, p. 14/17).

Surge então, atuando juntamente com a esfera pública e à esfera privada, um novo setor, com condições de “sobreviver na e da intersecção entre ambos [...]” (ADRIÃO E PERONI, 2005 p. 9), setor aqui identificado como “público não-estatal”⁶, conceito usado para definir as condições tanto funcionais quanto políticas na qual se inserem as organizações sociais.

Neste sentido “o papel do Estado para com as políticas sociais é alterado” sendo que a responsabilidade pela execução destas políticas deve ser repassada para a sociedade (PERONI, 2006, p. 14) o que, para a Terceira Via, se dá pela propriedade “pública não-estatal”.

A ação da sociedade civil junto ao Estado é uma das bases da política da Terceira Via e segundo Giddens (2001) exige que ambos ajam em parceria sendo desejável que o Estado não se envolva diretamente, mas apóie estas políticas, desenvolvidas pela sociedade civil, por meio de investimentos nas áreas mais pobres da cidade (Idem, 2001, p. 90). Estão presentes nas defesas da Terceira Via a solidariedade, o trabalho voluntário, o aproveitamento das iniciativas locais, ou seja, a relação do público com o privado na perspectiva da inclusão desfocando o problema e centrando a solução na sociedade civil, num rearranjo econômico e social, em que não há lugar para antagonismos, enfrentamentos de interesses e nem luta de classes.

A proposta salvadora da qualidade do ensino público presente nos programas do Instituto Ayrton Senna-IAS, hoje indicados no rol das boas tecnologias do MEC, analisada nesta pesquisa, é um exemplo de deslocamento do foco do problema para ações empreendidas por instituições do Terceiro Setor, com re-

⁶ Segundo Bresser Pereira (1995), é uma nova forma de propriedade que não é estatal porque nela não se exerce o poder do Estado e não é privada, porque se trata de um serviço que é subsidiado pelo Estado.

passa de recursos públicos para a iniciativa privada, mesmo que entidade sem fins lucrativos. Para o IAS os problemas de ensino/aprendizagem passam a ser analisados pelo resultado apresentados pelos alunos, sem contemplar nesta análise a totalidade da política educacional, sua inserção no mundo do real que é constituído de relações sociais, econômicas e políticas. Todos são responsáveis, todos se ajudam: professores, pais e alunos e os resultados serão surpreendentes! Todos são “amigos da escola”!

Para Lima e Martins (2005, p. 48) a tentativa da Terceira Via é a de criar “uma nova interpretação do mundo – uma nova ideologia” quando afirma que se vive numa sociedade pós-tradicional onde predominam as incertezas, os profundos descontroles, onde muitas verdades esgotaram suas capacidades de explicar e intervir na realidade, tornando-se necessária uma “nova ordem pós-tradicional”, um novo pulso social a fim de romper com “a tradição conservadora” fazendo surgir “uma ‘tradição reflexiva’ portadora de uma nova dimensão inspirada num modelo dialógico e reflexivo”, onde o diálogo é o fundamento “da lógica de conciliação dos (inconciliáveis) interesses de classe [...]” (LIMA e MARTINS, 2005, p. 48).

O confronto, o enfrentamento e a luta dão lugar à busca do entendimento, da solidariedade, da cooperação dos indivíduos. Assim, as parcerias com entidades da sociedade civil (Terceiro Setor) defendidas pela Terceira Via são as possíveis saídas para os graves problemas sociais, uma vez que o Estado não tem podido atender às demandas da sociedade.

Outro exemplo desta parceria envolvendo sociedade civil por meio dos movimentos sociais comunitários e o poder público é o conveniamento entre ambos para a expansão das matrículas da educação infantil. Associações de moradores, clubes de mães e entidades religiosas, todas organizações do Terceiro Setor e sem fins lucrativos, assumem a gestão e parte dos custos da educação infantil, num movimento de imersão, do público no privado e de responsabilização mútua para o enfrentamento das demandas da sociedade.

Uma sociedade civil sem confronto e sem lutas, responsável pelas auto-respostas às questões sociais, é o caminho segundo Giddens (2001) da renovação da sociedade que se dá pela parceria do governo com a sociedade civil, possibilitando a renovação comunitária através do envolvimento do Terceiro Setor – trabalho voluntário que o autor chama de “atividade cívica”.

Nesta perspectiva, as políticas públicas passam a ser responsabilidade da sociedade civil e o Terceiro Setor, constituído por entidades não governamentais, vai se ampliando significativamente, principalmente por aquelas conhecidas

por serem sem fins lucrativos. O Terceiro Setor passa a ser a alternativa para o atendimento de demandas da população de baixa renda, oferecendo políticas pontuais em parceria com o poder público.

A educação, em geral, faz parte do leque de serviços ofertados através da parceria público-privada e um dos marcos operacionais desta parceria são as Organizações Sociais- OSs e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIPs, bem como as PPPs - a Parceria Público Privada- consolidadas em lei federal e a partir daí surgindo também em âmbito estadual e municipal, como mais uma possibilidade de parceria entre o Estado e a iniciativa privada, no âmbito da administração pública.

A política econômica brasileira mantém o diagnóstico conservador das causas da crise fiscal do Estado. O corte de investimentos na subvenção de políticas exigidas pelas camadas populares continua sendo a alternativa usada para não onerar o Estado e para impulsionar o crescimento. Esta política traz subjacente o aprofundamento das diferenças sociais, mantendo as populações pobres alijadas da cidadania, sem condições de participação social. Esta prática restringe as políticas sociais promovendo a retração do Estado neste campo, levando à redução de investimentos em saúde, habitação e educação.

O orçamento federal consubstanciado no “Projeto de Lei Orçamentária para 2009, prioriza o pagamento da dívida pública, em detrimento dos gastos sociais.” O seu conteúdo explicita a priorização do econômico em detrimento do social, pois “mostra que os compromissos com a dívida significam nada menos que quase a metade (48%) do orçamento total, sendo 33% com a rolagem da dívida (ou seja, o pagamento de amortizações feito por meio da emissão de novos títulos) e 14,91% de gastos com juros e amortizações pagas em dinheiro.” (Blog Araújo, 2008, acessado em 19.12.08)

A alegada falta de recursos para investir em políticas sociais gera a desqualificação das políticas públicas e do serviço público, dos quais destacamos a educação, cuja incapacidade é demonstrada pelos resultados das sucessivas avaliações a que é submetida. Para sanar esta incapacidade surgem organizações sociais sem fins lucrativos definindo políticas educacionais alternativas, para a educação pública ineficaz, com isso influenciando no currículo das escolas, e por sua vez definindo a política educacional e a gestão pública.

Esta prática vem se materializando na sociedade civil, ao mesmo tempo em que fomenta e reforça as instituições do Terceiro Setor que passam a desenvolver políticas públicas que vão desde a educação infantil até o ensino superior

(graduação e pós-graduação). As instituições públicas estatais vêm sendo subsumidas pelo processo da parceria público/privadas e da lógica de mercado ou quase-mercado, uma vez que o Estado se retira paulatinamente da educação, repassa a sua responsabilidade para o público-não estatal, repassando inclusive recursos em alguns insuficientes, em outros bastante significativos.

4. Implicações do terceiro setor na gestão democrática educacional

Durante todo o período da história da educação, estamos acompanhando inúmeros projetos que pregam a busca de uma educação de melhor “qualidade”, buscando atender as necessidades do coletivo da sociedade. No entanto, nesse escrito, iremos nos deter nesse momento especial do capitalismo, que traz como cenário brasileiro a proposta da democratização do ensino e ao mesmo tempo, propõe a intervenção do terceiro setor na educação.

Nas últimas décadas a legislação brasileira, propõe a democratização do ensino como uma das alternativa de “solução” para os problemas da educação brasileira. Segundo a CF/1988, no art. 206 o ensino público terá como princípio a gestão democrática e a garantia de qualidade. Neste contexto, é interessante destacarmos que as sociedades contemporâneas ocidentais aceitam como fato que a ‘democracia’ é a melhor forma de governo. E a consciência desse fato resulta do processo histórico de conquistas teóricas e políticas que afirmaram a liberdade, enquanto autonomia, como a essência do ser humano. Essa concepção de liberdade surgiu com o desenvolvimento da Sociedade Burguesa, em um contexto teórico de crítica à metafísica tradicional e afirmação progressiva da autodeterminação da razão como princípio fundante dos sistemas teóricos e filosóficos. No entanto, vivemos uma época onde, independente da posição política, da mais conservadora à mais inovadora, pode-se discursar em nome da democracia, autonomia, qualidade e liberdade, sem se comprometer com um projeto político social, se mantendo na simples retórica. Para Licínio Lima (2002):

[...] o discurso da democratização não é completamente afastado, mas antes reconvertido e subordinado à ideologia da modernização, e com ela compatibilizado, dados os elevados ganhos simbólicos e de legitimidade que daí provêm. [...] ao mesmo tempo em que se constrói uma nova semântica da modernização que permite utilizar as mesmas palavras (democratização, participação, autonomia, descentralização, justiça social, etc.) com novos significados (p.22).

Partimos da perspectiva que vincula a gestão democrática da educação

à busca da qualidade social, que implica na promoção do sujeito enquanto agente transformador da história. Onde democracia, autonomia, qualidade e liberdade se materializam no processo de participação efetiva do coletivo da escola. Ou seja, estudantes, professores, pais, funcionários, gestores, enfim toda a comunidade escolar tenha participação na definição e realização das políticas educacionais, promovendo o funcionamento ativo dos princípios da gestão democrática: conselho escolar, grêmio estudantil e eleição para diretores. Destacamos como fundamental a participação coletiva para a construção da vivência de gestão democrática, no entanto compreendemos a dificuldade em promover essa participação, uma vez que para participar é preciso conhecimento. Por outro lado, sabemos que a participação produz conhecimento, logo quanto mais participamos mais produzimos conhecimento, e quanto mais conhecemos, mais participamos. Nota-se aí, a necessidade de promoção de espaço de participação para a sociedade, respeitando e integrando os diferentes pressupostos constitutivos de cada contexto, tais como: étnicos, culturais, sociais, de gênero...

No entanto, nos últimos “vinte anos” a escola que anteriormente era somente para alguns, tornou-se para todos. Porém, essa democratização não assegurou um ensino de qualidade. E instaura-se na educação um dilema sobre o que fazer e como fazer para que a educação promova a qualidade social. Nesta conjuntura, surge o terceiro setor, intitulado-se como único capaz de realizar tal objetivo. Conforme a tese de Montaño (2002), o terceiro setor configura uma nova modalidade na relação com a questão social.

Partindo da idéia de que todo o sistema público se encontra em ‘estado de decomposição’, o terceiro setor traz consigo a ‘solução’: no caso da educação, somente a parceria público-privado é ‘capaz’ de restabelecer um ensino de qualidade. Qualidade pautada na perspectiva da eficácia e sucesso escolar. Essa lógica, segundo a nossa perspectiva teórica, desconsidera o movimento do real que é caracterizado pelas relações humanas, onde as diferenças subjetivas devem constituir o espaço. Como podemos aceitar, pensar, portanto em uma prática que desconsidera essa realidade? É possível eficácia e sucesso escolar partindo do pressuposto teórico que qualidade se verifica pelos resultados? Qual o significado desses conceitos humanos para a lógica do terceiro setor? A política educacional do terceiro setor compreende a educação de forma única, onde é possível construir uma proposta geral, de fora para dentro, capaz de ser aplicada da mesma forma em contextos históricos sociais diferenciados. Percebe-se o distanciamento em nível conceitual em relação a gestão democrática. Pois, para

a nossa concepção de gestão democrática, a política educacional dá-se no interior de cada cultura local, impossibilitando a política vertical e heterônoma.

Entendemos como importante questionarmos a desresponsabilização progressiva do Estado perante algumas funções que lhes são essenciais, como a educação. Parece-nos que aqui está implícita a questão ética da educação pautada na proposta de quase mercado. É notório que no desenvolvimento do terceiro setor, como complemento do processo de desarticulação da responsabilidade social do Estado, processam-se certos deslocamentos: das lutas sociais para a negociação/parceria; de direitos por serviços para a atividade voluntária/filantrópica; da solidariedade social/compulsória para a solidariedade voluntária; do âmbito público para o privado; da ética para a moral; do universal/estrutural/permanente para o local/focalizado, fortuito (Cf. Montaño, 2002, p. 200)

Partimos da tese de que a educação não pode ser pautada nos parâmetros da empresa. Conforme Laval (2004), a escola jamais poderá ser entendida como empresa, pois enquanto a empresa trabalha em prol do lucro a cima de qualquer coisa - 'lógica do mercado', a escola visa o conhecimento, a autonomia e a dignidade. Sendo assim, a política educacional do terceiro setor se pauta pela moral do capitalismo e relativiza esses princípios éticos, que são os fundamentais da democracia. Destacamos que para a Educação, essa nova configuração, espelhada no padrão empresarial quase mercado, inviabiliza o exercício dos princípios éticos: autonomia e dignidade. Produz sujeitos reprodutores, submissos e incapazes de assumir a sua condição de agentes transformadores do processo histórico. É uma tentativa de 'domesticar' as classes não privilegiadas a serviço dos privilegiados. Laval (2004) defende a idéia de que a escola referenciada sob os parâmetros da empresa, atuará em conformidade com o mundo globalizado, onde a produtividade e a eficiência são palavras-chave. Pois, a empresa dentro do sistema capitalista neoliberal, visa fundamentalmente os lucros econômicos, desconsiderando todas as necessidades sociais. Para esse autor, sob esse conceito de escola, traçar projetos educativos é estimular o exercício da competitividade, da exploração e a desigualdade social nos espaços escolares.

Finalizando, compreendemos a gestão democrática participativa como única forma coerente de propor políticas educacionais, a partir dos princípios éticos contemporâneos, primando pela complexidade e diversidade cultural, valorizando a diferença econômica, política, ideológica, étnica, racial e de gênero. Promovendo o ideal da Pólis Grega, que fundamenta a política no conceito de Justiça, mediatizada pela crítica de Marx, que afirma os Proletários como os

verdadeiros sujeitos históricos. A partir dessa nossa convicção, questionamos a proposta de educação do terceiro setor, como projeto educativo na sociedade contemporânea. Compreendemos que dessa forma, o terceiro setor pode aparecer como engessador do sujeito no processo de ensino aprendizagem, em todas as instâncias da educação; principalmente por promover uma política de individualismo, competição e reprodução da desigualdade social, sob a ótica da globalização capitalista. Nesse sentido, percebemos que a Terceira Via somente camufla uma estratégia do capitalismo internacional. O terceiro setor, dentro da perspectiva de mercado, é questionável no que promete, o bem estar social e no caso da educação, o ensino de qualidade e a vivência da gestão democrática.

Considerações finais

Consideramos importante discutir Terceiro Setor, não como uma abstração, mas como parte da Terceira Via, e esta como uma das estratégias do capitalismo neste período histórico de crise, juntamente com a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo.

Como já mencionamos, o diagnóstico de que a crise está no Estado é vital para a nossa análise, pois por um lado o Estado propõe parceria com o Terceiro Setor para desresponsabilizar-se da execução da política social, mas por outro o parâmetro de qualidade passa a ser o privado mercantil. No caso da parceria esta é uma grande questão, pois acreditamos que muitos municípios procuram a parceria com o IAS pela promessa de qualidade da educação. O que significa para a redefinição do espaço público/privado definir até os mínimos detalhes como será a implantação e implementação de suas políticas.

A política educacional, assim como outras políticas sociais, passa a ter como parâmetro de qualidade o mercado, e também deixa de ser considerada direito social e torna-se mais focalizada e fragmentada. O que traz muitas implicações para a democracia, pois a perda de direitos materializados em políticas ocorre no mesmo momento em que a Terceira Via diz estar radicalizando a democracia ao repassar a execução das políticas para o Terceiro Setor, como se assim a sociedade civil tivesse mais poder. Questionamos a concepção de participação, pois a sociedade civil é na verdade chamada, com os sentimentos de filantropia e ajuda mútua a assumir o papel do Estado, enquanto os impostos são cada vez mais destinados ao setor econômico e principalmente financeiro.

A democracia também corre riscos com o diagnóstico da Terceira Via de que não existem mais classes sociais. A sociedade civil é entendida em abstrato,

com a separação total entre econômico e o político, como afirma WOOD (2003). É como se as pessoas fossem chamadas à participação, mas com cada vez menos direitos sociais e trabalhistas.

A parceria entre o público e o privado também coloca limites na construção da democracia; no caso estudado, desde o secretário de educação até o aluno, passando pelo professor, supervisor, diretor, enfim, toda a comunidade escolar tem as tarefas determinadas pelo Instituto.

No caso brasileiro, muito lutamos pela gestão democrática da educação e na pesquisa observamos que os professores não têm nenhuma autonomia, já que as aulas vêm prontas, e ainda são defendidos valores como a competitividade entre alunos e professores, além de premiação aos mais eficientes. Enfim, são alguns exemplos que questionam o que apresentamos no texto como questões éticas.

O texto teve como objetivo maior provocar o debate do grupo e partilhar alguns estudos sobre o assunto Terceira Via/ Terceiro Setor, tão importante já que governos de diferentes matizes ideológicas vêm implementando suas orientações sem grande discussão.

Referências

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Organizações Não Governamentais: Um debate sobre a identidade política das associadas à ABONG. ONGs e Terceiro Setor. *Cadernos ABONG*: Junho de 2005.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera M. Vidal. *O público e o privado na educação*. São Paulo: Xamã, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *A "Terceira Via" de "Tony" Blair*: a outra face do neoliberalismo inglês. Disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_04.pdf acessado em 20/12/2008.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. *Para viver a Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FELDFEBER, Myriam. Estado y Reforma Educativa: La construcción de nuevos sentidos para La educación pública em La Argentina. IN: FELDFEBER, Myriam (et al.). *Los Sentidos de lo Público*. Reflexiones desde El campo educativo. Existe um espacio público no estatal? 1ª ed. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2003.

GIDDENS, Antony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4ª tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Educação, Trabalho e Lutas Sociais. IN: GENTILI, Pablo & GRACINDO, R.V; WITTMAN, L.C.. (Org.). *O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil: 1991 a 1997*. Campinas, Autores Associados, 2001, v. 01, p. 89-108.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina, Planta, 2004.

LIMA, L. C. *Organização Escolar e Democracia Radical*. Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública. São Paulo: Cortez Editora/ Instituto Paulo Freire, 2000, 115 pp. - 3ª edição em 2002

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos movimentos sociais” na educação. IN: GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A Cidadania Negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho*, 3ª ed. São Paulo: Cortez; CLACSO, 2002.

LIMA, Kátia Regina de Souza, MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A Nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.,v. I.

MÉSZAROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo, Boitempo Editorial, Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Marques. *O projeto político-pedagógico da Terceira Via*. Disponível em http://www.achegas.net/numero/quatorze/marcos_marques_14.htm acessado em 20/12/08.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Presidência da República: Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995.

PERONI, Vera. *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo, Xamã, 2003.

PERONI, Vera M. Vidal. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. In *ECCOS: Revista Científica*. Vol. 8, p. 111-132, jan./jun., São Paulo, 2006.

ROMANO, Roberto. Papel Amassado: a perene recusa da soberania ao povo brasileiro. IN: LIMA, Júlio César França & Neves, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e Participação na Reforma do Estado*. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Questões da Nossa Época).

SOARES, Laura Tavares. *Reforma do Estado e Políticas Sociais no Brasil*. UERJ/Rio de Janeiro, maio de 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Endereços Eletrônicos

<http://rluizaraujo.blogspot.com/2008/12/oramento-2009-prioriza-juros-da-dvida.html>

Vera Maria Vidal Peroni
Professora Doutora da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
E-mail: veraperoni@yahoo.com.br

Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS)
E-mail: josicamolamaral@gmail.com

Luciani Paz Comerlatto
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS)
E-mail: lucianipaz@gmail.com

Marilda de Oliveira Costa
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Titular da
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
E-mail: marildacosta@hotmail.com

Maria Otilia Kroeff Susin
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS)
E-mail: otilliasusin@gmail.com
